



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**TATIANA FLORENTINO SANTANA**

**QUEM SÃO AS MARISQUEIRAS DE SÃO FRANCISCO DO CONDE?**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2017**

**TATIANA FLORENTINO SANTANA**

**QUEM SÃO AS MARISQUEIRAS DE SÃO FRANCISCO DO CONDE?**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sob a orientação da Profa. Dr.<sup>a</sup> Juliana Barreto Farias.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2017**

**TATIANA FLORENTINO SANTANA**

**QUEM SÃO AS MARISQUEIRAS DE SÃO FRANCISCO DO CONDE?**

Projeto de pesquisa, apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Data de aprovação: 21/12/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Juliana Barreto Farias (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Profa. Dra. Fábiana Barbosa Ribeiro**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Profa. Dra. Idalina Maria Almeida de Freitas**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha gratidão e reconhecimento a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para realização deste projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Em primeiro lugar, agradeço a minha família, em especial a minha mãe, Maria do Amparo, que foi e sempre é paciente comigo, e ao meu amigo Antonio Leandro de Santana que sempre esteve me apoiando nessa trajetória.

À professora e historiadora Juliana Barreto Farias, pela oportunidade de participar desta pesquisa e pelo suporte e as orientações durante a elaboração desse projeto. Não tenho palavras para agradecer e descrever a paciência que a professora teve comigo. Sou grata pelos incentivos e elogios que ela me fez, pois com os mesmos vejo minha evolução nesse trabalho. Os funcionários da colônia Z-05, por terem me recebido no seu espaço de trabalho e por terem me dado todo o suporte para eu direcionar a pesquisa.

Algumas marisqueiras de São Francisco do Conde, que me auxiliaram na minha pesquisa e que além de serem agentes motivadoras deste estudo, nos receberam com cordialidade na comunidade São Bento das Lajes, onde também conheci a enfermeira chefe Márcia Maria.

Por fim, a todos aqueles que, apesar de não citados, estiveram presentes nesta trajetória e sempre torceram pelo meu sucesso.

“Quem se rende à tentação do ninho, jamais aprenderá a voar; quem não se aventura pelos mares, verá o casco de seu barco apodrecer em pleno cais; quem não ousar na vida profissional, ficará superado porque não foi capaz de dialogar com as mudanças que o tempo ofereceu.”

Hamilton Werneck

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>O TEMA E SUA RELEVÂNCIA</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>	<b>14</b>
<b>4</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>19</b>

## 1 O TEMA E SUA RELEVÂNCIA

Como moradora de São Francisco do Conde, na Bahia, meu interesse em conhecer mais de perto as marisqueiras da cidade partiu, inicialmente, de minhas recordações da infância e de experiências familiares. Quando eu era criança, minha mãe, tias, vizinhas e colegas da mesma idade iam para o manguezal, porque era daquele local que muitas tiravam o seu sustento. Mulheres simples, carregando seus instrumentos como baldes, facões, facas, colheres e botas sete léguas para romper a lama. Assim, retiravam o marisco e levavam para casa para poder limpar e vender.

Eram tempos difíceis, em que uma mulher com quatro filhos foi abandonada pelo seu parceiro, indo morar na casa de sua mãe com as crianças pequenas e ainda desempregada, sem saber o que fazer para manter sua família. Como não tinha nenhuma atividade para fazer além de cuidar da casa e esperar as crianças chegarem da escola, acertava com as vizinhas para irem mariscar pela tarde. Pela manhã, arrumava as crianças para irem para escola. Nesse período, mães, tias, primas e vizinhas não iam mariscar, porque não tinham quem cuidasse das crianças quando elas retornavam da escola.

A pesca artesanal é uma tradição passada de geração em geração. Essa prática de pescar ou mariscar se aprende com pais ou vizinhos, conforme enfatiza o cientista social Laita Santiago, as crianças com 7 a 8 anos começam a acompanhar a atividade artesanal com os mais velhos da família. Íamos um grupo de pessoas para a maré e, enquanto as mães mariscavam, ficávamos próximos a elas, brincando com a lama e, muitas vezes, ajudando a pegar sururu. Era uma diversão, porque tomávamos banho de maré, brincávamos bastante com a lama e também nos sentíamos protegidos. Depois da mariscagem, saíamos da maré com um balde cheio de sururu, minha mãe lavava os mariscos com a própria água salgada para reduzir o peso e deixá-los limpos. Quando não vendia o marisco, preparava uma moqueca de sururu com mamão verde ou fazia um delicioso caldo de sururu, todos ficávamos satisfeitos com os pratos que ela preparava com essa iguaria.

Antes, as mulheres no bairro em que moro, Coroadó, para irem mariscar, colocavam sapatos e roupas velhas, sem se preocuparem muito com suas aparências. Quando entravam no mangue, botavam suas mãos na lama sem nenhuma proteção. Os dedos viviam de "unheiros," como são chamadas as inflamações que ocorrem na pele ao redor das unhas, causando incômodos. As mãos também ficavam ásperas por causa da lama e da umidade.

Muitas queriam “dar ferro” para estirar os cabelos, mas não conseguiam fazê-lo e a água da maré também “estragava” o alisamento. Na maior parte das vezes, preferiam usar um lenço na cabeça, como uma forma de esconder os cabelos “desarrumados”.

Quando decidi pesquisá-las, um dos primeiros locais selecionados foi a Colônia Z-05, onde muitas estavam cadastradas. Durante o período em que coletava suas fichas, fui observando que as marisqueiras iam até ali em busca de informações. Ao compará-las com as imagens que ainda guardava em minha memória, questionava: são “marisqueiras de verdade”? Com esse cabelo escovado e unhas limpas e pintadas, sem marcas de extração de sururu, ostra e lambreta? A funcionaria ria e respondia; “claro que sim, elas são marisqueiras das boas.” E eu insistia: “as marisqueiras de antigamente não eram assim, com uma aparência bem 'cuidada' ”.

O trabalho na coleta de sururu, lambreta, camarão, ostra e chumbinho realizado por essas mulheres é cansativo. Depois de um longo período na maré as marisqueiras retornam para suas casas para beneficiar os produtos. E elas, em grande parte, criam seus filhos sozinhas. Quando chegam em suas residências, ainda têm os afazeres domésticos. Muitas não têm com quem deixar seus filhos e, por “segurança”, levam as crianças para a maré, para não as deixarem só em casa. O trabalho de mariscar é feito em condições absolutamente precárias e insalubres, dupla jornada de trabalho, pois elas não têm dia e horários certos. Conciliam e acumulam a limpeza do marisco ao trabalho doméstico, envolvendo membros da família para a limpeza dos produtos, o que também é uma maneira de reduzir o tempo e agilizar o trabalho.

Para encher os baldes ou balaios essas mulheres passam horas e horas agachadas, conseqüentemente essa posição corporal prejudica sua saúde, causando lesões sérias, como doenças ocupacionais, por exemplo, lesões por esforços repetitivos (LER) e bursite no ombro. Quase todas as atividades são exercidas sem as mínimas condições de higiene, em meio a água suja pelos dejetos do esgoto doméstico e pelos produtos da refinaria Landulpho Alves lançados no mar e sem equipamentos para protegê-las. Todas essas situações expõem as marisqueiras a diversas doenças, como o câncer de pele, devido à exposição excessiva ao sol, dermatites ocupacionais, causadas pelo contato direto com a umidade da lama, fazendo que em seu corpo apareçam mucosas que afetam na coleta dos mariscos, deixando as mulheres em repouso e, em muitos casos, afastada da maré. Há também lesões traumáticas, ferimentos pelas extrações, principalmente pela retirada de ostras, pois sua concha é muito afiada,

fazendo cortes profundos. Elas também se ferem com facas e facões usados para tirar os produtos do pé do manguezal.

Segundo a marisqueira Márcia de Jesus, de 38 anos, as mulheres continuando mariscando, porém, procuram outras atividades com carteira assinada ou um emprego temporário para se afastarem da maré. Só retornam para exercer a mariscagem se estiverem desempregadas ou sem qualquer atividade que lhes garanta alguma remuneração. Além disso, com a criação de programas federais e municipais de complementação da renda de famílias com baixo poder aquisitivo. Segundo o diretor da Proteção Social Básica, 47, o programa Bolsa Família foi implantado em SFC em 2005, o Seguro Defeso municipal em 2012 e Seguro Defeso federal em 2003, as marisqueiras e suas famílias também puderam mudar suas vidas.

O Seguro Defeso é um benefício pago aos pescadores artesanais que ficam proibidos de exercerem a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie, por exemplo, o camarão. Outro programa, de âmbito municipal, o Programa de Acolhimento Social, também tem o objetivo de promover e complementar a renda das famílias em situação de vulnerabilidade social. Essas ações possibilitaram às mulheres marisqueiras uma renda maior, que serve não só para quitar as contas da casa, como também para adquirir produtos de beleza e para o cuidado com o corpo.

Nos últimos anos, o mercado dos cosméticos promoveu uma multiplicação dos produtos oferecidos e, com a competitividade entre as empresas, uma redução dos valores cobrados. Há, por exemplo, produtos para cada tipo de pele e cabelo. Como destaca a pesquisadora Michele Machado, “a indústria de cosméticos é um segmento da indústria química, cujas atividades se vinculam com a manipulação de fórmulas, destinadas à elaboração de produtos de aplicação no corpo humano, para limpeza, embelezamento, ou para alterar sua aparência sem afetar sua estrutura ou funções”. Assim, ainda segundo a autora, a noção de cosméticos está ligada aos “produtos destinados, essencialmente, à melhoria da aparência do consumidor” (MACHADO, 2006: 43).

Antes, para as marisqueiras se protegerem das picadas dos insetos, elas passavam querosene ou a própria lama da maré para afastar os mosquitos e poderem mariscar tranquilamente, sem perder a concentração na captura dos crustáceos. Uma forma eficaz, mas, com o uso contínuo desses produtos, foi se tornando prejudicial a sua saúde. Com o poder aquisitivo um pouco melhor do que em tempos anteriores, elas agora usam os repelentes para

passar na pele sem causar irritações ou lesões, pois, quando a lama do mangue secava, era difícil de removê-la. Assim, com essas pequenas mudanças, agora vemos “marisqueiras tradicionais” e também as mais jovens cuidando de seu corpo e de si mesmas, o que não fazia parte de sua rotina.

Mas essas mudanças ainda parecem causar “surpresas” nas próprias mulheres que trabalham na maré. Em artigo recente intitulado “Mãos que falam: a experiência das marisqueiras de São Francisco do Conde”, a historiadora Juliana Barreto Farias destacou como esses cuidados com o corpo e com a aparência têm afetado as marisqueiras. Uma delas, “mulher negra e liderança na sua comunidade”, numa conversa informal, criticou uma pesquisadora que apresentou um trabalho com a foto de uma marisqueira com as unhas pintadas de esmalte. No seu entendimento, essas mulheres vinham atrapalhando as “verdadeiras marisqueiras”, pois, quando iam solicitar o seguro defeso, os funcionários da prefeitura achavam que mulheres com unhas limpas e pintadas não podiam trabalhar na maré. Ou então, pelo contrário, elas acabavam sendo privilegiadas, porque tinham “melhor aparência”. Uma situação que acabou fazendo com que as ditas “verdadeiras marisqueiras” também se “arrumassem” mais quando iam até a prefeitura.

E essa história fez a marisqueira lembrar de outro episódio que envolveu as mãos dos trabalhadores negros da região. “Antigamente”, quando ela e um grupo iam até Salvador e a polícia os paravam na estrada, eles eram divididos de acordo com o “estado” de suas mãos: aqueles que tinham calos nas palmas das mãos, e portanto eram notoriamente trabalhadores, eram liberados; já aqueles cujas mãos não tinham calos ou marcas eram considerados “vagabundos” e apanhavam”. Ao comparar as duas histórias, Farias conclui que:

Polícia e estado determinam, a partir das marcas e identidades de seus corpos negros, os “lugares” e as violências físicas e simbólicas que acabam sofrendo. Historicamente, negros e negras vêm sendo vitimizados nos mercados de trabalho e da “aparência”, tão marcados pela construção de esterótipos negativos associados aos fenótipos negros, principalmente nos contextos em que há fortes e significativas desigualdades étnico-raciais (FARIAS, 2017).

Tendo em vista esse cenário, meu objetivo neste projeto é compreender como se identificam e são identificadas as marisqueiras de São Francisco do Conde. Há mesmo uma diferença entre as mais velhas, as “verdadeiras”, e as novas gerações? Como elas têm lidado com as mudanças, sociais e ambientais, na cidade? Em que medida esse novo contexto tem afetado suas atividades e identidades, suas representações e conceito de beleza e cuidado?

Para responder essas questões, pretendo me concentrar nas marisqueiras do bairro de São Bento das Lajes, que fica a dois quilômetros do centro do município e está cercado por uma grande extensão de manguezal. O local também dispõe de uma estrutura básica para atender seus 3804 moradores. Além disso, ali está situada a Colônia Z-05, que mantém um acervo – não organizado para fins de pesquisa acadêmica – sobre as marisqueiras e pescadores registrados nessa associação<sup>1</sup>.

\*\*\*

As marisqueiras desenvolvem uma atividade histórica em São Francisco do Conde, transmitida de geração a geração. Muitas crianças começam a desenvolver essa atividade com as mães, que aprenderam com suas avós, e assim por diante. Muitas vezes essas mulheres não têm com quem deixar seus filhos e acabam levando os mesmos para o manguezal. Nesse espaço, eles começam a observar como são retirados da lama os alimentos que vão complementar a renda da casa, com a comercialização dos mariscos, e para o próprio consumo da família.

Tendo em perspectiva a importância do manguezal e da atividade de mariscagem para essas mulheres e para a própria cidade de São Francisco do Conde-BA, despertou-me um interesse em aprofundar uma análise nessa área, tendo em vista que, ao me debruçar mais sobre o tema, achei poucas referências bibliográficas que tratassem especificamente das mulheres que praticam essa atividade na região. Dessa forma, investiguei e busquei conhecer mais da realidade vivida pelas marisqueiras de São Francisco do Conde bem como avaliar sobre a relevância social e ambiental dessa prática.

Alguns trabalhos sobre marisqueiras e pescadores em outras áreas e cidades do Recôncavo Baiano abordam questões mais ligadas à saúde desses trabalhadores ou a aspectos do meio ambiente em que realizam suas atividades, como a qualidade de vida dos grupos pesquisados, contaminação dos moluscos e crustáceos, avaliação dos mariscos vendidos e consumidos, poluição do manguezal e ente outros.

A médica veterinária Ana Cleusa Santiago Daltro, por exemplo, analisa as condições de vida desses indivíduos em São Francisco do Conde, onde praticam a pesca artesanal (a

---

<sup>1</sup> Em São Francisco do Conde, existem outras duas associações de trabalhadores ligados à pesca artesanal: a Associação dos pescadores Deus Dara, no bairro de Caípe de Baixo, e a ACDM, de Muribeca.

base da renda familiar), a preservação ambiental e a qualidade dos mariscos capturados, como sururu e ostra. Com a poluição dos mananciais, esses moluscos também ficam contaminados, e os consumidores nem se dão conta dos riscos que correm. Como destaca a autora, “neste contexto, o presente estudo teve como objetivo traçar o perfil socioeconômico, de saúde e sanidade, além da percepção ambiental de pescadores e marisqueiras que realizam atividades de pesca no município de São Francisco do Conde, Bahia.” (DALTRO, 2013: 2)

Como a contaminação dos crustáceos e moluscos pela costa da Bahia de Todos os Santos, pelos agentes químicos da refina de Mataripe, pela mineradora de chumbo em Santo Amaro da Purificação e os dejetos dos esgotos domésticos, a incidência de animais é alta”. A pesquisadora e nutricionista Gabriela Silva da Nóbrega realizou um trabalho de intervenção alimentar com as marisqueiras da Ilha do Paty, em que descreveu “[...] o desenvolvimento e a avaliação de uma estratégia educativa de intervenção, junto a marisqueiras da Ilha do Paty, a ideia era visando à promoção da segurança alimentar.” (NÓBREGA, 2013: 12). Foca no beneficiamento dos mariscos extraídos por essas mulheres, buscando a qualidade do produto vendido por elas.

Por sua vez, o pesquisador Jessé Souza aborda em seu trabalho a necessidade da atividade tradicional no Recôncavo Baiano na época da escravidão e nos dias atuais. “As relações sociais formadas no município da Cachoeira-BA desde o período colonial estruturaram uma sociedade com costumes e tradições dos povos que aqui habitaram deixando um legado de tradições culturais para o povo que atualmente reside nesta região” (SOUZA, 2013: 23). Segundo Souza, o Recôncavo Baiano reunia uma das maiores concentrações de engenhos do Brasil e também muitos homens e mulheres escravizados, que foram levados para trabalhar nesses locais. Com solos férteis e clima favorável para a adaptação e uma boa produtividade da matéria-prima, a região era muito propícia para o plantio da cana-de-açúcar. E o autor ainda assinala que: “os engenhos localizados no Recôncavo no fim do século XIX e início do século XX, possuíam diversidade em recursos naturais, sobretudo matas e mangues, de onde os cativos podiam repartir os gêneros de subsistência” (SOUZA, 2013: 23).

O historiador Walter Fraga Filho também destaca como os senhores de engenho do Recôncavo Baiano estavam, a partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravos, com dificuldades para suprir a de mão-de-obra necessária para desempenhar o trabalho nas lavouras de cana, tabaco, criação de gado e também no interior da casa grande. A opção era

empregar trabalhadores livres e libertos e manejar os escravos para engenhos. “Solucionando” assim o problema da falta de mão de obra naquele espaço. Negociações com os cativos eram frequentes, permitindo-os que fizessem outras atividades, como trabalhar em fazendas de outros proprietários, vender alguns produtos plantados e colhidos pelos escravos nas feiras livres e mesmo possuir uma porção da terra doada pelo senhor de engenho para seu próprio cultivo. Nas últimas décadas do século XIX, os senhores resistiam para libertarem seus cativos, porque sua força braçal era indispensável para a manutenção das suas propriedades. Com a abolição em 1888, muitos ex-escravos se inseriram nos meios rurais e urbano, tomando suas próprias decisões para o caminho que iam traçar, sem perguntar ao seu “dono” o horário de sair e de chegar, buscando afirmar sua liberdade na sua nova condição de vida.

A vida dos negros brasileiros depois da abolição continuou muito difícil. O estado brasileiro não se preocupou em oferecer condições para que os ex-escravos pudessem ser integrados no mercado de trabalho formal e assalariado. Sem a opções no Recôncavo, muitos libertos usaram os saberes tradicionais da pesca ou da mariscagem para seu consumo próprio e a comercialização dos produtos. “O mangue não pertencia a ninguém, ou melhor, era visto como se pertencesse a todos.” (SANSONE, 2002: 4)

Nos anos de 1950, surgiu uma outra opção: o trabalho na Refinaria Landulpho Alves. Segundo Jaciara Santana, os primeiros funcionários da refinaria, criada em 195, foram trabalhadores rurais, pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores. As suas bases foram erguidas com o trabalho da gente do Recôncavo, com pessoas que exerciam o trabalho artesanal. Com baixo grau de escolaridade e sem saberem outro ofício além de lidar com a terra, não conseguiram um emprego fixo na Refinaria Landulpho Alves. Todavia, alguns que tinham “funções privilegiadas”, como operários, técnicos envolvidos com as atividades de escritório, manutenção, produção e transportes. Ainda assim, boa parte da população, sem as qualificações necessárias, vem se empregando na prefeitura ou se dedicando à agricultura de subsistência e à pesca artesanal até os dias atuais.

## 2 OBJETIVOS

- Compreender como as marisqueiras de São Francisco do Conde se identificam hoje e como elas são identificadas na cidade, especialmente no bairro de São Bento das Lajes, onde um grande número delas se concentra;
- Explicar em que medida as marisqueiras mais antigas, consideradas “tradicionais”, e as mais jovens se afastam ou se aproximam em suas formas de representação e identificação;
- Nos últimos anos, como o novo contexto sociocultural e ambiental têm afetado suas atividades e cuidados com o corpo e a “aparência”?

## 3 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para conhecer um pouco mais sobre as experiências das marisqueiras de São Francisco do Conde, comecei a visitar regulamente o bairro de São Bento das Lajes e também a Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-05 da cidade, criada em 23 de novembro de 1973. Nesse espaço simples, em que as divisões se parecem com as separações de uma casa, o quarto com suíte é o escritório do presidente da colônia, o segundo quarto é o da primeira secretaria, a sala é o local onde a 2ª secretaria redige os documentos e onde os associados ficam aguardando o presidente atendê-los e a cozinha é o local onde estão freezer, material de limpeza e uma mesa, provavelmente o local que o vice-presidente fica.

O presidente da colônia, Clarivaldo Mariana P. Filho, junto com o vice e as duas funcionárias explicam aos interessados quais os documentos necessários para a adesão e a confecção da carteirinha. Nesse mesmo espaço os pescadores têm direito a gelo e um *freezer* para armazenar os produtos da pescaria e, próximo desse espaço, na orla da cidade, eles consertam redes furadas ao capturar peixes, guardando o material em um cômodo da colônia. Já as marisqueiras vão mais para a colônia para atualizar o seu cadastro. Elas armazenam os mariscos na geladeira em suas residências, misturando os frutos do mar com carnes, frangos, já que elas só têm uma única geladeira para armazenar os produtos que vão vender.

Ali, tive acesso às fichas de pescadores e marisqueiras. O espaço não é um arquivo organizado à pesquisa acadêmica, mas pude reproduzir e transcrever os registros ali guardados. De um total de 2000 registrados, já fiz uma análise preliminar de 328 das quais 33 são inscritos inadimplentes e 295, ativos, quitando mensalmente seus valores respectivos. Esses documentos contêm os nomes das pessoas, foto para identificação, número de contato, endereço residencial, naturalidade, registro civil, número da inscrição da colônia, data de nascimento, filiação, naturalidade e Registro Geral de Pesca (RGP), descrição dos apetrechos de pesca próprios, número do Benefício do Trabalhador (PIS), zona, seção, org. expedição, número do RG, se o inscrito tem ou não embarcação, principal arte de pesca, apelido, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a data do 1º registro. Essas informações compõem o registro do associado.

Como a cidade de São Francisco do Conde não possui um acervo municipal organizado, busquei outras instituições e associações fosse possível localizar informações sobre as atividades e a saúde de marisqueiras. Em outubro 2017, fui conversar com Márcia Maria Santos Ferreira, enfermeira chefe, que trabalha no posto médico Eliene Oliveira dos Santos, localizado em São Bento das Lajes, me forneceu esses dados. Ainda sim, ela ressaltou que esses números estão desatualizados, há cerca de, pelo menos um ano e meio. Com o avanço da tecnologia, foi implantado no município um programa do Ministério da Saúde para informatizar todos os cadastros dos moradores da comunidade. Os agentes de saúde dos Programa Saúde da Família (PSF) foram capacitados para aprender a manusear os novos equipamentos e passaram um período visitando as famílias para cadastrá-las no novo sistema. Com os dados coletados, as informações sobre a saúde dos moradores eram atualizadas e poderiam ser consultada pelos profissionais da prefeitura. Porém, as informações sobre os moradores do bairro e suas condições de saúde estão desatualizadas.

Os dados coletados no posto médico para preencher as fichas dos pacientes são, nome completo do paciente, número da família, uma identificação numérica para cada família ter o seu, data de nascimento, número de Registro Geral (RG), número do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), filiação e endereço. Esses dados coletados serão organizados em fichas e vão ser armazenadas em um local próprio, onde as funcionárias dos postos médicos terão acessos.

Depois de elaborar essa espécie de “fichário sistemático”, poderei partir em busca de mais informações nos demais índices documentais do posto médico e também em outro local, como a secretaria de saúde da cidade. Como a cidade não tem um arquivo público, como foi

citado, buscarei outros espaços públicos ou privados para ter acesso as informações necessárias sobre a saúde das marisqueiras. E partir daí, poderei estabelecer análises Quantitativas e qualitativas sobre as mulheres ali registradas.

Um outro conjunto de fontes importante serão os depoimentos orais de marisqueiras e outros trabalhadores ligados à pesca artesanal na cidade. Como destaca Verena Aberti, “a entrevista de História oral é uma fonte intencionalmente produzida, colhida *a posterior*” (ALBERTI, 2008:168). Ao elaborar sua investigação, o pesquisador deve ficar atento à seleção de seus entrevistados. Para que sua entrevista seja bem-sucedida, é preciso seguir algumas orientações básicas, como ter uma base de quantos entrevistados serão escolhidos, que tipo de pessoas serão entrevistados, sobretudo que sejam fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, e ainda ter disponibilidade para ir até o entrevistado.

Assim, além das mulheres marisqueiras, mais antigas no ofício (as consideradas “verdadeiras”) e as mais jovens, também pretendo entrevistar o presidente da colônia Z-05 Clarivaldo Mariana P. Filho, de 58 anos, que trabalha diariamente com as marisqueiras da região. E também com a enfermeira-chefe Márcia Maria Santos Ferreira, de 42 anos, que trabalha no posto médico Eliene Oliveira dos Santos, localizado em São Bento das Lajes. Através de seu depoimento, poderemos ter mais informações e análises sobre a saúde das marisqueiras e os impactos do trabalho no mangue sobre seus corpos. Entre as marisqueiras, de idades distintas, destaco as moradoras do mesmo bairro, como “Dona” Alderiva G. Reboças, de 43 anos; “Dona” Ana Cristina do Espírito Santo, de 28 anos; a senhora Maria Cristina de Jesus, 62 anos, e “Dona” Vera Lucia de Jesus de Santana, de 66 anos.

Nesse processo, o que se estabelece é um diálogo entre entrevistador e entrevistado, que se comunicam entre si. A pessoa contando as experiências do cotidiano, suas histórias que estão vivas na sua memória e até seus sonhos. Além disso, esses relatos gravados com a autorização do entrevistado também podem ser estudados futuramente, servindo como documentos para outros pesquisadores. “A entrevista de História oral **deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico**, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais. Trata-se, pois, de uma fonte ajustada a um importante paradigma das sociedades ocidentais contemporâneas: a ideia do indivíduo como valor” (ALBERTI, 2008:169).

Nessas discussões, alguns conceitos serão importantes, como o de identidade e memória. A identidade é o que nos diferencia dos outros, o que nos caracteriza como pessoa

ou como grupo social. Ela é definida pelo conjunto de papéis que desempenhamos e é determinada pelas condições sociais decorrentes da produção da vida material. Quando nos referimos à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura, ou seja, aquela cultura em que nascemos e que absorvemos ao longo de nossas vidas. Ela é construída aos poucos ao longo do processo de transformação do homem. Porém, a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, ela não é automática. “Assim como acontece com as identidades nacionais, que são negociadas em função das necessidades do momento, a rede simbólica dos movimentos indenitários das minorias também pode-se transformar historicamente.” (FIGUEIREDO e NORONHA, 2012: 200).

Por outro lado, segundo o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy:

Memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. [...] toda memória tem índices sociais que a justificam. É sobre a relação entre o ser individual e o mundo que se organizam as lembranças e os processos que relevam o significado das lembranças armazenadas” (MEIHY, 2002: 54).

Além disso, a memória é fundamental a um grupo ou uma sociedade, pois está ligada à construção de sua identidade; é a consequência de uma tarefa da escolha do que é imprescindível e essencial com o sentimento de unidade, de perpetuidade e de ligação, ou seja, da própria identidade. Mas ela é fluida, apresentando características novas, mutantes e, assim, podemos dizer que, em torno dessas discussões, há diferentes memórias, de um grupo, um povoado ou uma nação importante, que, ao final, também são fundamentais para se entender esses mesmos grupos. Assim, mais do que falar de um conflito entre “memória oficial” e “memória subordinada” ou “dominada”, é necessário pensar que há uma diversidade de memórias em disputa. Como assinala o sociólogo Michel Pollak, as “memórias coletivas” são tão “numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade”. (POLLAK, 1989). Lembrando que toda narrativa nascida da memória será “sempre e fatalmente”, construção, elaboração, seleção de fatos e impressões, e que todo fato narrado por uma pessoa pode conter mentiras, distração, deformações ou várias interpretações sobre um determinado assunto dos fatos ocorridos. O que não afasta sua validade (MEIHY, 2002: 50).

#### 4 CRONOGRAMA

Etapas/ meses	Junho	Julho	Agosto	Outubro	Novembro	Dezembro
Ajuste no projeto	X					
Revisão bibliográfico	X	X	X			
Pesquisa na Colônia Z-05		X	X	X		
Realização e transcrição das entrevistas		X	X	X	X	
Análise dos dados			X	X	X	
Redação da monografia				X	X	
Entrega e defesa do projeto						X

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana; KAN, Lin. **Vulnerabilidade Sócio-Ambiental de Pescadores e Marisqueiras em S. Francisco do Conde/Ba.** 2016. 18. Pós-graduação. IFBA. Salvador.
- AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo da ascensão social.** V. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1995
- Baía de Todos os Santos.** Aspectos Oceanográficos. Salvador | 2009 | EDUFBA
- DALTRO, Ana Cleusa Santana. **Aspecto Socioeconômicos e Qualidade dos Moluscos Bivalves Através do Monitoramento Microbiológico e Genético.** 2013. 117p. Dissertação de Mestrado em Ciência Animal, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas – BA
- FIGUEIREDO, Angela; CRUZ, Cintia. **Representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras.** Bahia: UFRB, 2016.
- FIQUEIREDO, Eurídice; NORONHA, Jovita Maria Gerheim. **Identidade Nacional e Identidade Cultural.** Editora da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.
- FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- NÓBREGA, Gabriela Silva da. **Estratégias de Intervenção e Promoção da Segurança Alimentar na Pesca: um estudo na comunidade de Ilha do Paty, Salvador, Programa de Pós-Graduação em alimentos, Nutrição e saúde.** Universidade Federal da Bahia, 2013.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- MACHADO, Michele Pires do Prado. **Uma Análise Sobre a Estratégia de Diferenciação no setor de Cosméticos: O caso natura.** Departamento de Ciências Econômicas Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santana Catarina. Florianópolis, 2016.
- MEIHY, José Carlos S.B. **Manual de história oral.** 4.ed (ver. e ampl.). São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- SANSONE, Lívio. “Negritude, memória da África e o contraponto do açúcar e do petróleo”. In: SANSONE, L. (org.) **Memórias da África: patrimônio, museus e políticas das identidades.** Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 177-211.
- SANTANA, Jacira de. **São Francisco do Conde e o Enigma da Riqueza no Recôncavo Baiano.** Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2011.

SANTIAGO, Laita. **Trabalho na Lama: Saberes e fazeres de Marisqueiras em Garapuá em Barra dos Cavalos-BA**. Laboratório de Ecologia Costeira e Maricultura – ECOMAR/ Instituto de Biologia/ Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.